

Lucena acusa governo de desviar verba estadual

19 MAI 1983

Com base em um documento sigiloso encaminhado pelos ministros Ernane Galvêas, Eliseu Resende e Delfim Netto ao presidente João Figueiredo, em 16 de junho de 1981, o senador Fábio Lucena (PMDB/AM) acusou ontem o governo federal de "surrupiar" mais de Cr\$ 14 bilhões dos Estados e Municípios, correspondentes a repasses que o Ministério dos Transportes deixou de efetuar nos dois últimos trimestres de 1980.

Como se não bastasse, diz Fábio Lucena, no ano passado o governo reteve em seus cofres a quantia de Cr\$ 375 bilhões e 500 milhões. Após considerar o fato "uma autêntica fraude", o senador lembrou que esses recursos são componentes básicos das receitas dos Estados e Municípios.

— Não se justifica que o governo possa incidir em um erro insanável como este, porque repasse está previsto na Constituição. Afinal, ao lançar mão dos recursos, deve explicar por que o faz. Trata-se de um erro imperdoável.

Apoiado pelos senadores José Ig-

nácio (PMDB/ES) e Roberto Saturnino (RJ), líder do PDT, Lucena salientou que a União não repassa os recursos para cobrir percentuais do déficit público. Já o vice-líder do governo, Virgílio Távora (PDS/CE), argumentou que quando o governo retém os recursos "é porque, via de regra, não tem dinheiro em caixa". O líder do PMDB, Humberto Lucena, por sua vez, condenou esse comportamento do Executivo e adiantou que breve vai apresentar um projeto, obrigando a União a pagar correção monetária, multa e juros pelos atrasos.

O ofício interministerial, foi encaminhado aos anais do Senado e discrimina o débito do governo para com os Estados e Municípios, relativo aos dois últimos trimestres de 1980 da seguinte forma: imposto único sobre o consumo de lubrificantes e combustível líquidos ou gasosos; Taxa Rodoviária Única, Imposto sobre Transporte Rodoviário, imposto sobre transporte, programa especial de vias expressas e programa de mobilização energética.

JORNAL DE BRASÍLIA